

O CRIOULO DA GUINÉ-BISSAU

*Johannes Augel**

A recente publicação, em forma de disquete, de uma tese de doutorado apresentada na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, sobre a introdução do crioulo no ensino primário da Guiné-Bissau, por Carolyn Joy Benson, motiva esta reflexão sobre o destino do português em outras bandas¹. Seria injusto perguntar o que o colonialismo português conseguiu realizar, durante meio milênio, nessa sua antiga colônia africana. Na realidade, o poder português só pôde transgredir, durante a sua presença no país, o raio de alcance dos seus canhões no começo deste século. Em Bissau, os Pepeis só foram “pacificados” em 1915; nas ilhas dos Bijagós até hoje muitos não reconhecem a derrota, sofrida pelos insulares em 1935, dando como argumento que “os portugueses se retiraram” logo depois da “vitória” da pacificação, e nunca ocuparam realmente as ilhas.

Se indagarmos pelo cristianismo, veremos que foi uma esperança tão vã quanto a tentativa de obter riqueza na corrida pela conquista dos “gentios”. Hoje, bem menos de 10% da população é nominalmente cristã, contra cerca de 35% de muçulmanos e um tanto ou mais de “animistas”.

Que dizer então do destino da língua portuguesa? Língua oficial do país, língua do ensino, língua do antigo colonizador, como no Brasil, mas que na Guiné-Bissau está longe de ser a língua da comunicação quotidiana. A língua franca da Guiné-Bissau é o crioulo. Ao ouvir-se um intelectual falando, o crioulo parece português mal falado. Mas quando falado pelo povo, é uma língua independente, bem africana, e confesso que ainda não consigo entendê-la bem, mesmo depois de dois anos de presença no país.

Basta ouvir os debates da Assembléia Nacional para constatar que a língua do país é o crioulo. O que vemos, hoje, na realidade lingüística da Guiné-Bissau, é o resultado de um crescimento contínuo e significativo do uso dessa língua nacional. Se a guerra de libertação (1961-1973) foi um passo decisivo para o crioulo tornar-se a língua de comunicação comum no país, desde então

* Professor da Universidade de Bielefeld/Alemanha e pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa - INEP - em Bissau.

¹ Carolyn Joy Benson, “Teaching Beginning Literacy in the Mother Tongue: a study of the experimental crioulo/portuguese primary project in Guinea-Bissau.”, PhD, UCLA, 1994.

muitos fatores mudaram. O rádio emite grande parte dos seus programas em crioulo e é ouvido no país inteiro. Também a televisão, apesar da sua dependência da cooperação portuguesa e das diárias telenovelas brasileiras, veicula cada vez mais essa língua do povo. A música popular guineense, de imensa divulgação e aceitação em todos os meios sociais, é igualmente um fator importante. Também em reuniões de trabalho, por exemplo nos ministérios e nas administrações, os espaços onde se mantêm o português têm-se estreitado sensivelmente.

Deveria corresponder ao bom senso e ao óbvio as crianças serem ensinadas em uma língua que de fato entendessem, mas existem influências fora das reflexões pedagógicas que interferem nas decisões. Interesses ligados ao poder e à conservação da extrema estratificação social fazem com que o país pratique, desde os tempos coloniais e também depois da independência (em 1973/74), um certo “darwinismo educacional”: a escola é extremamente seletiva e a grande maioria continua excluída do acesso à educação formal.

A péssima colocação da Guiné-Bissau nas estatísticas educacionais é o resultado de muitos fatores. Com índices de desenvolvimento dos mais baixos do mundo, progressos essenciais do nível educacional são imprescindíveis e mesmo representam um dos pré-requisitos para qualquer avanço econômico e social. Introduzir o crioulo como língua de alfabetização não vai salvar o sistema escolar do país. Mas não temos dúvida de que o uso do português como “língua de ensino” conta entre as causas do atraso, tanto do sistema educacional quanto do processo de desenvolvimento do país com um todo.

A representação do português como língua materna e como língua de uso quotidiano em situações “naturais”, isto é, em casa, em família, entre pais e filhos, entre crianças brincando na rua etc., limita-se a casos isolados e é quase nula. Segundo o censo de 1979, cerca de 5% das pessoas indicaram que falavam português, das quais nenhuma como primeira e só 2% como segunda língua; no de 1991, cerca de uma em cem pessoas indicou o português como a sua primeira língua, 3% como segunda, 5% como terceira língua; ao todo, 9% indicaram o português como uma língua por eles falada. Outra fonte registra que só 2% dos guineenses falavam a língua “oficial” em 1993.

“Muitos professores e até diretores não dominam ou simplesmente não falam português”, diz um documento do Banco Mundial de 3 de março de 1995. Entre os estudantes que fizeram parte dos levantamentos de Carolyn Benson, nenhum falava o português como primeira língua. Nas áreas rurais, 0,2% indicaram o português como sua segunda língua, percentagem que vai até 0,3% nos centros semi-urbanos e até 6% em Bissau. Só em 14 das 842 unidades domésticas incluídas nos levantamentos, isto é, em menos de duas por cem, um aluno disse que alguma pessoa da sua casa falava português com

ele. Mesmo depois de quatro anos de escola, as crianças geralmente não indicaram o português entre as línguas que falavam.

É comum a professora ou o professor terem que recorrer ao crioulo porque não sabem explicar o assunto em português, nem os alunos conseguem entender as explicações porventura dadas nessa língua estrangeira.

Como os políticos, a Igreja Católica e outras igrejas, no intuito de melhorar o acesso às populações, introduziram há muito tempo o crioulo como língua mais comum nos cultos, tendo também produzido muito material escrito para essa finalidade.

Um impasse que persiste e que sempre é alegado como dificuldade para a expansão do crioulo como língua escrita é a sua codificação ainda não consolidada. Embora exista uma proposta para a unificação da escrita do crioulo por parte do Ministério da Educação, essa não foi aceita unanimemente. Urge uma sistematização da notação ortográfica. As igrejas e os escritores populares preferem a ortografia fonética e bem mais próxima da portuguesa, enquanto os lingüistas defendem a “científica”.

O país não vai poder continuar a querer excluir das escolas a língua da grande maioria da população (51% segundo o censo de 1991; 91% da amostra de Benson no ano escolar de 1992/93; 86% dos Bissauenses segundo outra amostra; e mesmo 81% da amostra de Benson entre os estudantes rurais). A política lingüística do Ministério da Educação arrisca correr atrás de uma quimera chamada português, afastando-se da realidade lingüística do país e das necessidades e possibilidades do povo, inviabilizando uma educação efetiva.

O argumento de o português representar a necessária “janela” para o mundo é tão ingênuo quanto falso. As fronteiras do mundo “desenvolvido” estão cada vez mais fechadas, as de Portugal tanto quanto as de outros países. Portugal não concede mais facilidades de entrada a habitantes das suas antigas colônias. Além disso, para ir além das fronteiras do país, a elite precisa do inglês e do francês. Ir a um país industrializado não é questão de conhecer o português e sim de ter nível econômico e status social para poder viajar.

O Brasil teve a chance de implantar uma quase total unidade lingüística. A Guiné-Bissau está entre os muitos países com uma situação escolar lingüisticamente complexa. Para superar as dificuldades, o modelo preconizado por Benson para a futura política lingüística do país é o da *transição*, que é a passagem das crianças, por meio de programas bilíngües de ensino, de uma língua materna, de status social baixo, para uma de status social alto. A língua materna, nesse modelo, é considerada somente um veículo para desencadear o processo educacional, é uma língua instrumental usada com a finalidade de melhor chegar a dominar a língua-alvo, que é a de status mais elevado. É esse

o modelo geralmente usado nos Estados Unidos da América, assim como em outros países para acelerar a integração dos imigrantes.

Que a alfabetização na língua materna é preferível por motivos pedagógicos, é o que a UNESCO já constatou em 1953 e que inúmeras pesquisas confirmaram em muitos países e situações diferentes. Uma revisão de grande número de pesquisas científicas sobre o assunto indica “uma evidência avassaladora”, patenteando que a manutenção dos laços culturais contribui muito para o sucesso escolar dos alunos. Ensinar e aprender na língua materna tem grande relevância social e cultural. O crioulo, para isso, é a única língua viável. Existem, em nível de pesquisa e de experiências, tentativas de ensinar em balanta, mandinga, fula e outras línguas autóctones. A heterogeneidade do país, porém, é tão grande que quase não existem tabancas (aldeias) etnicamente homogêneas, o que dificulta o ensino e torna o crioulo a única língua viável.

Defender o português como língua obrigatória e exclusiva do ensino, como é o caso — teórica e oficialmente — até agora, sofre sobretudo de dois erros fundamentais, um de ordem pedagógica e outro de ordem social. Do ponto de vista pedagógico (e didático), falta a diferenciação entre dois aspectos fundamentais do processo de aprendizagem: o acesso à escola representa uma fase específica da escolarização da criança, seguida de uma segunda fase, a de transição da língua materna (que seria o crioulo ou uma língua étnica) para o português.

Do ponto de vista social, o argumento em favor do ensino em português desde o começo da escolaridade pode ser válido, mas só para uma ínfima parcela da população, enquanto a quase totalidade das crianças ou é de fato excluída da escolarização ou é desfavorecida em nome de um outro bem a que ela nem aspira nem tem acesso: viajar à Europa e pelo mundo, estar profissional ou socialmente em situação de destaque em que irá precisar do português etc. Benson lembra, nesse contexto, o fato de que a maior parte dos políticos envolvidos nas decisões “foram educados e influenciados pelo sistema português” e querem manter essa sua “identidade cultural”